

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Interferências de Bolsonaro vão de Petrobras e PF a Congresso e Receita 3

DIÁRIO DO COMÉRCIO - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tabela do IRPF não deve ser corrigida 6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio emergencial vai até R\$ 250; votação no Senado está prevista para quinta 7

R7 - SÃO PAULO
SEGURIDADE SOCIAL

PF faz operação contra fraudes em benefícios de auxílio-doença em SP 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

PEC acaba com piso para gasto em educação e saúde 10

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Profusão de assessores na Alerj expõe farra com dinheiro público (3) 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Impacto na educação e saúde 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras está valendo R\$ 100 bi a menos 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Não existe solução milagrosa para reduzir os preços dos combustíveis 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Novo auxílio será 'fura-teto' e não exigirá corte de gasto social 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PEC é aposta de Guedes para recuperar força 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro escancara populismo econômico - MÍRIAM LEITÃO 24

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Por popularidade, Bolsonaro flerta com "cloroquina" da energia 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Alta do dólar após intervenção pressiona ainda mais a gasolina 27

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Uma intervenção desastrosa (3) 31

Terça-Feira, 23 de Fevereiro de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Moraes defende responsabilizar redes sociais por "fake news"32

Interferências de Bolsonaro vão de Petrobras e PF a Congresso e Receita

Joelmir Tavares - são paulo

Em pouco mais de dois anos de mandato, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) acumula interferências em órgãos e áreas ligadas ao governo, como a intervenção na Petrobras, com indicação do general Joaquim Silva e Luna para o comando da estatal. Outros Poderes também não escapam dessas iniciativas.

Sempre que é questionado sobre sua ingerência em decisões e processos, ele reafirma sua autoridade, disparando frases como "quem manda sou eu" e "a minha caneta funciona". Também já disse não ser um "presidente banana".

No caso mais rumoroso até aqui, a suspeita de interferência na Polícia Federal o levou a ser investigado em inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal). Em andamento, a apuração foi aberta após o ex-juiz Sérgio Moro deixar o Ministério da Justiça e acusá-lo de ingerência na corporação.

Já com a troca de Roberto Castello Branco por Silva e Luna, que depende de confirmação pelo conselho, provocou reação imediata do mercado, ao passar mensagem de intromissão que suscitou comparações com governos petistas.

Veja episódios em que rompantes e decisões unilaterais nas esferas administrativa e política foram criticadas.

*

PETROBRAS

Na sexta-feira (19), Bolsonaro anunciou em uma rede social que indicou Silva e Luna para o comando da estatal no lugar de Castello Branco. A medida ocorreu em meio às críticas do presidente à política de preços da companhia e aos reajustes nos combustíveis. Um dia antes, Bolsonaro já havia avançado sobre as decisões da estatal. Disse que vai zerar os tributos federais sobre o diesel por dois meses, a partir de 1º de março, mas não explicou como vai compensar a perda de receita. O caso reforçou as discussões sobre interferência na empresa, que já vinha impactando negativa mente as ações.

Em outro momento, defendeu em 2019 que a Petrobras rompesse contratos com o escritório de advocacia do presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz. O cancelamento dos contratos ocorreu dias após ele ter atacado o advogado, cujo pai desapareceu durante a ditadura militar (1964-1985).

BANCO DO BRASIL

Bolsonaro chegou a determinar a demissão do presidente do Banco do Brasil, André Brandão, em janeiro mas foi convencido a recuar pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Ele ameaçou tirar Brandão do BB depois do anúncio de um plano de demissão voluntária e do fechamento de 361 unidades do banco. A reestruturação, que irritou Bolsonaro, tinha apoio de Guedes e outros membros da equipe econômica. Brandão permanece no cargo e disse que houve um problema de comunicação. Mas, após a intervenção na Petrobras, seu nome voltou à lista dos que estão na linha de tiro.

Em outro episódio envolvendo o BB, Bolsonaro mandou tirar do ar em 2019 uma campanha publicitária do banco dirigida ao público jovem com atores que representavam a diversidade racial e sexual. Também ordenou o afastamento do diretor de marketing que aprovou a propaganda. "Alinha mudou. A massa quer quem? Respeito à família. Ninguém quer perseguir minoria nenhuma, nós não queremos que dinheiro público seja usado dessa maneira" disse na época, afirmando que anúncios deveriam seguir a sua orientação.

O governo federal chegou a tomar a decisão de que empresas estatais deveriam submeter previamente à avaliação da Secom (Secretaria de Comunicação Social) campanhas de marketing. Como a medida contraria a Lei das Estatais, o Planalto acabou desistindo da análise prévia obrigatória.

POLÍCIA FEDERAL

Em 27 de abril de 2020, três dias depois de Moro pedir demissão do Ministério da Justiça, o STF abriu apuração sobre as acusações do ex-juiz. O inquérito investiga se Bolsonaro violou a autonomia da PF. Segundo Moro, o presidente queria ter acesso a

informações e relatórios confidenciais da corporação. A gota d'água para o pedido de demissão de Moro foi a exoneração do então diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, publicada no Diário Oficial da União com a assinatura do então ministro e do presidente. Moro, entretanto, não assinou a medida formalmente nem foi avisado oficialmente da publicação. No fim de 2020, o ministro Alexandre de Moraes prorrogou o inquérito em curso no STF. A próxima etapa na corte deverá ser o julgamento que discutirá se Bolsonaro pode depor por escrito ou se deve ser ouvido presencialmente. Em 2019, Bolsonaro também avançou sobre decisões internas da PF, ao anunciar a substituição do então superintendente do órgão no Rio de Janeiro, Ricardo Saadi. Um presidente fazer esse tipo de **comunicado** foi algo inédito.

A PF divulgou nota dizendo que Saadi seria substituído por Carlos Henrique Oliveira, mas Bolsonaro disse ter acertado que o cargo seria do superintendente da PF no Amazonas, Alexandre Silva Saraiva.

PGR

Em 2019, ao indicar Augusto Aras para a PGR (Procuradoria-Geral da República), desprezou a lista tríplice votada por procuradores e tradicionalmente levada em conta pelos presidentes desde 2003. Apesar de tradição, a opção pela lista não é obrigatória. Ele escolheu um nome de perfil conservador e que buscou mostrar afinidade com suas ideias. A condução do processo foi chamada na época de retrocesso e sofreu críticas por sugerir risco à autonomia do Ministério Público.

Um dos principais reparos a Aras é o alinhamento aos interesses do presidente. Neste ano, o PGR disse ao STF que tem sido "zeloso na apuração de supostos ilícitos atribuídos ao chefe do Executivo" e que já abriu nove apurações para investigar condutas de Bolsonaro na pandemia.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Para eleger o líder do Centrão, deputado Arthur Lira (PP-AL), para a presidência da Câmara dos Deputados, Bolsonaro admitiu intervenção na eleição. "Vamos, se Deus quiser, participar, influir na presidência da Câmara, com estes parlamentares, de modo que possamos ter um relacionamento pacífico e produtivo para o nosso Brasil", disse, dias antes da vitória de Lira.

No processo, o governo prometeu cargos e acenou com a liberação de recursos de emendas em troca de apoio.

INMETRO

Em fevereiro de 2020, Bolsonaro anunciou ter "implodido" o Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), com a demissão da então presidente e de integrantes da diretoria do órgão. Ele nomeou um militar do Exército para o comando. As exonerações na autarquia, vinculada à Economia, foram decididas porque Bolsonaro estava insatisfeito com mudanças que envolveriam tacógrafos e provocaram, segundo ele, reclamações de motoristas e taxistas.

AGU

Em vários momentos, requisitou a AGU (Advocacia-Geral da União) para tarefas que podem ser consideradas extrapolação do escopo institucional do órgão. Entre as medidas que corroboram as críticas de uso da máquina pública e judicial em defesa de interesses pessoais, está a declaração feita neste mês de que acionou a AGU para tomar providências sobre a reclamação de que seguidores não estariam conseguindo postar fotos na página do presidente no Facebook. "Já liguei para a AGU para ver o que a gente pode fazer", disse. A Folha mostrou que Bolsonaro tem o recurso de envio de fotos por comentários desativado em seu perfil. Também usou a AGU para entrar com ação no STF contra a decisão do ministro Alexandre de Moraes de suspender contas de redes sociais de apoiadores do governo investigados em inquérito da corte.

Em 2020, Bolsonaro desautorizou a AGU no episódio da posse do delegado Alexandre Ramagem no comando da PF, barrada por Moraes. O presidente mandou o órgão recorrer, mesmo depois de a AGU divulgar nota informando que não contestaria o ato do STF.

"É dever dela [AGU] recorrer" disse. "Quem manda sou eu, e eu quero o Ramagem lá." O recurso acabou rejeitado.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O Ministério foi mobilizado para pedir habeas corpus em favor do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, intimado pelo STF para explicar ataques feitos à corte por ele. A petição, assinada pelo ministro da Justiça, André Mendonça, foi considerada inusual, já que a tarefa, em tese, caberia à AGU ou a um advogado pessoal. Membros do governo disseram que enviar um documento com assinatura de Mendonça foi um jeito de dar um caráter político à manifestação, no momento em que o Executivo estava em atrito com o Judiciário. Ainda na gestão de Moro na pasta, um dos

primeiros focos de tensão com o presidente foi a nomeação da especialista em segurança pública Ilona Szabó como suplente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, em 2019. Moro teve que recuar da escolha de Ilona após campanha de bolsonaristas nas redes sociais. Os apoiadores lembraram que ela, além de divergir de Bolsonaro em temas como armamento e política de drogas, havia se posicionado contra o então candidato na campanha eleitoral de 2018. O presidente confirmou publicamente em duas ocasiões ter pressionado pela suspensão da nomeação. Afirmou que ela tem posicionamentos incompatíveis com o governo e que "não foi fácil conseguir" a saída por causa da resistência de Moro. Moro depôs à PF que a revogação foi pedida por Bolsonaro e que ele relutou em aceitar a ordem, mas teve que ceder.

INPE

Com a insatisfação de Bolsonaro com a divulgação do aumento do desmatamento na Amazônia, o presidente do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Ricardo Galvão, responsável pela informação, foi exonerado em 2019. Bolsonaro queria que as informações fossem discutidas previamente com o Planalto antes de serem públicas.

Dois dias após a decisão de exonerar Galvão, indicou em entrevista ter ordenado a demissão. "Não peço, certas coisas eu mando" afirmou.

RECEITA FEDERAL

Os sinais de interferência do Planalto na **Receita Federal**, sobretudo no Rio de Janeiro, começaram logo em 2019. As pressões se referem principalmente à troca de servidores em postos de comando. Em meio a apurações que atingem autoridades e também familiares e pessoas próximas a Bolsonaro, um subsecretário-geral do posto fluminense chegou a ser substituído pelo governo em 2019 por se posicionar de forma contrária às intervenções. Questionado na época sobre as ingerências na **Receita Federal** e na Polícia Federal, o presidente da República afirmou: "Está interferindo? Ora, eu fui [eleito] presidente para interferir mesmo, se é isso que eles querem. Se é para ser um banana ou um poste dentro da Presidência, tô fora".

Por Kicis na CCJ, PSL deve abrir mão de Secom

Na tentativa de reduzir a resistência à indicação da deputada federal Bia Kicis (PSL-DF) ao comando da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), o PSL deve abrir mão do controle da Secom (Secretaria de Comunicação) da Câmara. A sinalização inicial do presidente Arthur Lira (PP-AL) foi que a estrutura de

comunicação seria comandada por outra bolsonarista, Carla Zambelli (PSL-SP). A queixa de deputados do centrão, porém, de que a sigla ficaria com dois cargos de destaque, foi avaliada pelo PSL como fator que poderia atrapalhar Kicis.

Por isso, Zambelli não deve mais assumir a Secom. O assunto foi tratado em conversa com Lira nesta segunda-feira (22). O posto, hoje ocupado pela deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP), deve ser oferecido a um partido do centrão. Nesta segunda (22), em reunião com Kicis, Lira manteve seu apoio à deputada. Nas últimas semanas, ela tem evitado declarações polêmicas e peregrinado pelos gabinetes parlamentares em busca de apoio. O presidente Bolsonaro é defensor da candidatura dela para fazer avançar pautas legislativas conservadoras.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49446056>

Tabela do IRPF não deve ser corrigida

A partir do próximo mês, o contribuinte terá de cumprir a obrigação anual de prestar contas ao Leão. O prazo da entrega anual da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2021 (ano-base 2020) ainda não foi anunciado pela **Receita Federal**. Caso seja mantido o padrão dos últimos anos, o documento deverá ser enviado entre 1º de março e 30 de abril.

A **Receita Federal** também não anunciou as regras para a declaração deste ano. No entanto, sem perspectiva de correção da tabela do Imposto de Renda, a entrega será obrigatória para quem recebeu acima de R\$ 28.559,70 em rendimentos tributáveis em 2020 (o equivalente a um salário acima de R\$ 1.903,98, incluído o décimo terceiro).

Também deverá entregar a declaração quem tenha recebido rendimentos isentos acima de R\$ 40 mil em 2020, quem tenha obtido ganho de capital na venda de bens ou realizou operações de qualquer tipo na bolsa de valores, quem tenha patrimônio acima de R\$ 300 mil até 31 de dezembro do ano passado e quem optou pela isenção de imposto de venda de um imóvel residencial para a compra de um outro imóvel em até 180 dias.

Mesmo que as regras ainda não estejam definidas, o contribuinte pode adiantar o trabalho e juntar os comprovantes para acelerar o preenchimento e a entrega da declaração. Primeiramente, o cidadão deve reunir todos os papéis que declarem os rendimentos tributáveis, independentemente de ter ou não havido retenção na fonte pagadora ao longo de 2020.

Entre os documentos de renda, estão os comprovantes de salários, de prestações de serviços, de aposentadorias e de previdência privada. Os empregadores são obrigados a entregar os comprovantes aos trabalhadores até o fim deste mês, mas o contribuinte pode somar os contracheques de 2020. Cabe também incluir os rendimentos recebidos de pessoas físicas, como aluguéis, pensões e outros.

Para declarar dependentes e garantir deduções, é preciso reunir informações sobre os rendimentos tributáveis dos demais membros da família.

Mesmo que os números não alcancem o limite de dedução estabelecido pela Receita, que ainda será divulgado, o contribuinte deve juntar todos os valores recebidos.

Para organizar os documentos que gerem outras

deduções, como despesas médicas e educação, o contribuinte deve juntar os recibos, notas fiscais e comprovantes de gastos nessas duas áreas.

Fornecer ou utilizar recibos médicos "frios" (falsos) é considerado crime contra a ordem tributária, sujeitando o infrator à multa de 150% e pena de reclusão de dois a cinco anos.

As informações bancárias e as aplicações financeiras com saldo a partir de R\$ 140 devem ser informadas na declaração.

Nesse caso, o cliente pode ir ao site ou ao aplicativo das instituições financeiras com que mantém relação e baixar os comprovantes de saldos, caso eles estejam disponíveis.

Arrendadores de imóveis rurais, pessoas físicas que recebem rendimentos de outra pessoa física ou do exterior e quem comprou ou alienou bens imóveis, móveis e direitos pelo valor real do bem também devem juntar os documentos. O contribuinte também deve juntar os comprovantes de pagamentos a profissionais liberais, como médicos, dentistas, advogados, veterinários, contadores, economistas, engenheiros, arquitetos, psicólogos, fisioterapeutas e os documentos de pagamento de aluguel, pensão alimentícia e juros. A falta de declaração dos pagamentos acima pode acarretar em multa de 20% sobre os valores não declarados.

A **Receita Federal** lembra que não é aconselhável emprestar o CPF a terceiros para aquisições de bens e direitos.

Além disso, também não se deve permitir que terceiros utilizem a conta bancária do contribuinte que terá que justificar a origem dos recursos.

Após a declaração ser enviada, o órgão cruzará os dados informados pelas fontes pagadoras com os números enviados pelos contribuintes.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/editoria/educacao-imprensa/>

Auxílio emergencial vai até R\$ 250; votação no Senado está prevista para quinta

O governo já decidiu pelo retorno do auxílio emergencial. Serão pagas quatro parcelas de até R\$ 250 entre março e junho, que custarão até R\$ 40 bilhões, dos quais R\$ 30 bilhões serão bancados por meio do aumento da dívida pública e o restante, pelo orçamento do Bolsa Família. A perspectiva é de que 40 milhões de pessoas sejam beneficiadas, depois de um amplo cruzamento dos dados daqueles que receberam o auxílio no ano passado. O valor do benefício será definido por meio de medida provisória, a ser editada depois de o Congresso aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial.

A perspectiva é de que a PEC seja votada na próxima quinta-feira em dois turnos no Senado e dentro de, no máximo, duas semanas, na Câmara. Se esse prazo for cumprido, acredita a equipe econômica, já será possível pagar o auxílio emergencial no mês que vem. O governo não descarta, porém, baixar a MP logo depois do aval do Senado, apostando que os deputados cumprirão o acordado. Técnicos admitem o risco da medida, mas justificam a emergência do momento, devido ao recrudescimento da pandemia do novo coronavírus.

Para bater o martelo em relação à volta do auxílio emergencial, a equipe econômica exigiu uma série de contrapartidas na PEC Emergencial, como um novo marco fiscal, que define, claramente, o que é emergência fiscal e o que é processo de calamidade. Dessa forma, o governo quer dar uma garantia aos agentes econômicos de que a volta do auxílio emergencial não é uma licença para gastar, ainda que as despesas com o benefício fiquem livres dos limites **impostos** pela regra de ouro, pelo teto de gastos e pela previsão de déficit primário de R\$ 247,1 bilhões neste ano.

Segundo técnicos da Esplanada, o espaço para o gasto com o auxílio emergencial por mais quatro meses foi aberto pelo congelamento dos salários de servidores em 2020 e 2021. A economia, nesse período, será de R\$ 138 bilhões, dos quais R\$ 40 bilhões no governo federal. A PEC Emergencial, por sinal, prevê que gatilhos sejam disparados automaticamente quando decretado estado de calamidade. Isso inclui a suspensão imediata de reajuste ao funcionalismo. Ou seja, não será preciso submeter tais medidas restritivas novamente ao

Congresso.

Polêmicas

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-RJ), acredita que a votação da PEC Emergencial poderá se encerrar em março. Mas reconhece que um tema complexo incluído na proposta, como a desvinculação de verbas para educação e saúde, provocará controvérsia (leia na página 3). Pelo relatório preparado pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC), a PEC conta com uma cláusula de calamidade pública que permitirá ao governo manejar o Orçamento com maior liberdade - hoje, 93% dos recursos estão vinculados. Pacheco lembrou que o pagamento do auxílio ocorrerá após um projeto de lei ou uma medida provisória baixada pelo governo. "O que fazemos na PEC é estabelecer um protocolo de responsabilidade fiscal", explicou.

Na avaliação do diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, em vez de atrelar a PEC Emergencial a temas polêmicos, seria mais seguro para o governo cortar despesas para viabilizar o auxílio emergencial. "O ideal seria que o Ministério da Economia adotasse medidas compensatórias, como redução de gastos ou aumento de receitas, que permitissem comportar essa despesa nova no Orçamento. A tendência, no entanto, é de que venha gasto novo e, em troca, aprove-se um programa de ajuste fiscal que estaria contemplado na PEC Emergencial", afirmou.

A equipe econômica assegurou que, mesmo que o auxílio emergencial seja pago por meio de mais dívida, não haverá estresse entre os especialistas. Os técnicos disseram que, para um país com Produto Interno Bruto (**PIB**) acima de R\$ 7 trilhões, os R\$ 30 bilhões em dívida representam apenas 0,33 ponto percentual a mais no endividamento público. Eles lembraram que a dívida bruta brasileira fechou 2020 em 89,3% do **PIB**. Logo, essa relação aumentará para 89,6%. "Nesse contexto, o importante é que o Congresso aprove o novo marco fiscal na PEC Emergencial. Isso dará muita garantia de que as contas públicas permanecerão sob controle", acrescentou um técnico do governo.

Renda Brasil volta à pauta

À parte a volta do auxílio emergencial, o governo prepara o Renda Brasil como sucessor definitivo desse benefício. A equipe econômica está convicta de que o país precisa de um programa de renda robusto para atender os mais pobres.

O Renda Brasil vinha sendo discutido desde 2020, em meio à pandemia do novo coronavírus, mas acabou saindo de cena depois de o presidente Jair Bolsonaro criticá-lo publicamente. Para o chefe do Executivo, do jeito que vinha sendo modelado, o programa tiraria dos mais pobres para dar aos paupérrimos. Entre as propostas apresentadas estavam o congelamento das aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e o fim do abono salarial.

Apesar da proibição de Bolsonaro de que o Renda Brasil fosse adiante, a equipe econômica aprofundou os estudos, a fim de convencer o Palácio do Planalto de que o país precisa de um programa mínimo de renda para atender uma população muito vulnerável, identificada durante a pandemia, por meio do pagamento do auxílio emergencial.

O governo tem mapeado mais de 20 programas sociais que podem ser unificados para a criação do Renda Brasil, incluindo o Bolsa Família. Os técnicos do governo dizem que a agregação de programas é um processo natural. Foi feita nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula, sempre resultando em benefícios para a população carente. No entender da equipe econômica, é preciso pôr fim aos ruídos políticos para que o Renda Brasil seja efetivado.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/02/4908188-auxilio-emergencial-vai-ate-rs-250-votacao-no-senado-esta-prevista-para-quinta.html>

PF faz operação contra fraudes em benefícios de auxílio-doença em SP

Leia também

A Polícia Federal realiza, na manhã desta terça-feira (23), uma operação com o objetivo de desarticular um esquema de fraudes contra o **INSS** que gerou a obtenção indevida de 40 benefícios previdenciários de auxílio-doença.

Até o momento foram identificados 40 benefícios suspeitos, alguns investigados receberam o auxílio mais de uma vez. A força-tarefa montada para executar a operação estima que o pagamento dos benefícios fraudados tenha gerado um prejuízo de aproximadamente R\$ 500 mil.

De acordo com a decisão da Primeira Vara Federal de Campinas, nesta manhã, foi cumprido um mandado de busca e apreensão na cidade de São Paulo e realizados sequestros de valores de contas bancárias de 31 pessoas.

As investigações, realizadas pela força-tarefa composta pela Polícia Federal e pela Coordenação Geral de Inteligência Previdenciária e Trabalhista, tiveram início no ano de 2018, após apurações do próprio **INSS** apontarem irregularidades nas concessões de alguns benefícios.

Durante as investigações foram identificadas dezenas de pessoas empregadas que simulavam problemas de saúde e, com suporte em documentação falsa, conseguiam obter o benefício de auxílio-doença previdenciário.

O nome da operação, Fiscela, faz referência ao fato de que funcionários do setor de recursos humanos das empresas foram ameaçados com a exigência de que ficassem calados e deixassem de prestar informações ao **INSS**.

Segundo a polícia, os investigados responderão pelos crimes de estelionato majorado, falsidade documental e ameaça, cujas penas somadas podem ultrapassar 10 anos de reclusão.

Site: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/pf-faz-operacao-contra-fraudes-em-beneficios-de-auxilio-doenca-em-sp-23022021>

PEC acaba com piso para gasto em educação e saúde



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), durante entrevista nesta segunda (22) Roque de Sá/Agência Senado

Thiago Resende, Renato Machado e Leandro Colon

A versão preliminar do relatório da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial prevê a extinção dos valores mínimos a serem aplicados em educação e saúde. O fim do piso valeria para União, estados e municípios.

Isso faz parte do pacote de medidas em avaliação pelo relator da PEC, senador Márcio Bittar (MDB-AC). O objetivo do projeto é apresentar um conjunto de ações de redução de despesas para o ajuste das contas públicas e, além disso, viabilizar uma nova rodada do auxílio emergencial, em -2021, a trabalhadores informais e desempregados.

Para acabar com o gasto mínimo para saúde e educação, é necessário aval do Congresso, onde há uma resistência histórica a essa ideia. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), por exemplo, não apoia a extinção total dos pisos constitucionais. Deputados e senadores das bancadas de saúde, educação e ligados ao serviço público também tentarão barrar a mudança.

Nos bastidores, a equipe econômica apoia a desvinculação dos pisos sobre saúde e educação. Na avaliação do governo, o Congresso precisa assumir com mais ênfase a condução do Orçamento.

O governo defende a aprovação da PEC com o discurso de que representa o que chama de "protocolo fiscal futuro", que inclui desindexações e desvinculações obrigatórias do Orçamento e compromissos de responsabilidade fiscal.

Desde 2018, o cálculo do piso para saúde e educação para a União é com base no valor desembolsado em 2017 corrigido pela **inflação** do período. Para 2021, estima-se R\$ 123,8 bilhões para a saúde e R\$ 55,6 bilhões para educação.

O projeto de Orçamento de 2021 prevê a aplicação de R\$ 98,9 bilhões em manutenção e desenvolvimento do ensino, e R\$ 124,6 bilhões em ações e serviços públicos de saúde, segundo cálculos da Consultoria de Orçamento da Câmara.

Para estados e municípios, o piso constitucional varia. Para educação, estados e municípios precisam investir 25% da receita. No caso dos serviços de saúde, é de 12%, para estados, e 15% para prefeituras.

O fim dos valores mínimos previstos na Constituição já havia sido defendido por Bittar em tentativas anteriores de destravar a votação da PEC Emergencial. Ele argumentou, na época, que cada governante deve ter a liberdade de decidir onde aplicar o dinheiro.

Em entrevista à Globo News, o senador afirmou nesta segunda-feira (22) que o apoio à desvinculação dos gastos com saúde e educação cresceu no Congresso recentemente e citou que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), eleito no início de fevereiro, também defende a proposta.

"Devolver aos municípios e aos estados e à União o poder de legislar uma das leis mais importantes que é a do Orçamento. Até porque vincular o Orçamento da União, que é o único país democrático no mundo que tem esse grau de vinculação, não resolveu nada", afirmou.

No Senado, Pacheco disse nesta segunda que o melhor seria flexibilizar os critérios de piso para saúde e educação, mas preservando a garantia de uma aplicação mínima unificada (um percentual para ambas as áreas).

"A desvinculação, a partir desses critérios, preservando os investimentos na educação e na saúde pode ser um caminho de meio termo interessante para o Brasil, permitindo, repito, uma flexibilização dos gastos, de acordo com cada ente federado", declarou Pacheco.

Essa ideia já chegou a ser defendida por técnicos da equipe econômica. O argumento é que, por exemplo, em cidades com população mais velha, o prefeito possa gastar mais em saúde, pois não consegue usar toda a verba para educação.

No entanto, aliados de Lira não acreditam que o fim do gasto mínimo para essas áreas irá ser aprovado. O deputado Doutor Luizinho (PP-RJ) classificou a proposta como "péssima". Ele faz parte da bancada da saúde, que, assim como partidos de esquerda da Câmara e do Senado, se mobilizam para derrubar esse trecho da PEC.

No Senado, muitos parlamentares, inclusive líderes de bancada, consideram difícil que avance no Congresso, especialmente em um ritual acelerado.

"Acho até um absurdo querer vincular uma proposta de desvincular gastos com saúde e educação numa PEC Emergencial, que é para ontem. Nós acabamos de aprovar o Fundeb [fundo com recursos para educação] e agora vem uma proposta para desvincular. Desvincular significa reduzir os recursos da educação", afirma o líder da bancada do PSDB, Izalci Lucas (DF).

A versão preliminar do relatório também prevê o fim da transferência de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social). Isso chegou a ser proposto na reforma da Previdência.

Esses recursos são financiados com o PIS/Pasep. A Constituição determina que, pelo menos, 40% das receitas do PIS/Pasep serão destinadas ao BNDES para financiar os programas de desenvolvimento econômico.

A votação da PEC Emergencial está programada para quinta-feira (25) no plenário do Senado.

Durante reunião de líderes na quinta-feira (18), havia ficado acertado a apresentação de um relatório da PEC Emergencial desidratado, sem as medidas polêmicas que vem dificultando a sua tramitação no Senado, como o corte no salário e jornada de **servidores públicos**.

A aprovação da PEC, mesmo numa versão mais enxuta que o projeto original, abriria o caminho para o envio da proposta de auxílio emergencial.

O governo mantém sua disposição inicial de pagar três parcelas de R\$ 200 do auxílio emergencial e aceita uma negociação que chegue ao limite de R\$ 250 em quatro parcelas. Bittar, porém, tem defendido uma faixa mais alta, entre R\$ 250 e R\$ 300.0 senador

também é relator da proposta de Orçamento de 2021, que ainda não foi aprovada pelo Congresso.

A expectativa do ministério é editar uma MP (medida provisória) oficializando o novo auxílio assim que a PEC for aprovada nas duas Casas. Há uma possibilidade de a medida sair após a votação dos senadores, desde que haja permissão para tanto no texto a ser apreciado. Pacheco concorda com essa solução para dar celeridade à liberação do auxílio.

O governo quer iniciar os pagamentos em março e trabalha com a possibilidade de um acordo com o comando do Congresso para que a MP seja publicada com o valor definido para o benefício, sem risco de ser ampliado quando for votada pelos parlamentares.

Segundo integrantes da equipe econômica, a despesa com o auxílio deve ficar em R\$ 30 bilhões, podendo chegar a R\$ 40 bilhões a depender do valor final e das parcelas.

A versão preliminar do relatório não determina um valor para o auxílio nem o custo do programa. O texto propõe que o gasto não será contabilizado na meta fiscal do ano.

No início de fevereiro, Congresso e a equipe econômica haviam chegado a um acordo para uma nova rodada do auxílio emergencial, que seria pago entre março e maio, com a possibilidade de prorrogá-lo até junho.

A condição seria justamente a aprovação de uma PEC com medidas de ajuste fiscal.

A PEC prevê uma série de ações a serem adotadas em caso de crise nas contas públicas. No caso da União, os mecanismos poderão ser acionados a partir do momento em que a relação entre despesas obrigatórias sujeitas ao teto de gastos sobre as despesas totais sujeitas ao teto supere 95%.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>



O que prevê a proposta?

- Fim do gasto mínimo para saúde e educação
- Permite que nova rodada do auxílio emergencial fique fora de regras fiscais, como teto de gastos e meta para contas públicas
- Reduz repasses para o BNDES
- Cria mecanismos a serem acionados temporariamente em caso de aperto nas contas públicas, como barreira a aumentos de gastos com servidores e à criação de despesas obrigatórias e de benefício tributário
- Cria dispositivos para enfrentamento de novas calamidades públicas, como flexibilização de aumento de despesas e de regras para contratação de pessoal
- Prevê que uma lei complementar traga regras e medidas visando a sustentabilidade da dívida pública

Profusão de assessores na Alerj expõe farra com dinheiro público (3)

As paredes históricas do Palácio Tiradentes, sede da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, no Centro, delimitam um território que se assemelha a uma ilha de prosperidade, cercada de crise por todos os lados. Em contraste com um estado quebrado, que só não foi à bancarrota graças ao providencial socorro financeiro do governo federal em 2017, a Alerj não conhece aperto. Exemplo disso é a fatura de assessores que flanam pelos gabinetes dos deputados fluminenses.

Como mostrou reportagem do GLOBO, a Casa gasta R\$ 9,2 milhões por mês com o salário de 2.229 assessores. Cada um dos 70 deputados tem direito a 20 cargos de assessoria. Pode, com salários menores, multiplicá-los por dois, chegando a 40. A maioria prefere manter a cota máxima ou algo próximo-a média é de 32 funcionários por gabinete. Apenas seis (8,6%) têm até 20 funcionários. Mesmo deputados que deixaram a Alerj para ocupar cargos no Executivo mantêm assessores nos gabinetes dos suplentes. Há 86 nessa situação. Só em janeiro, custaram ao estado R\$300 mil.

A farra com o dinheiro do contribuinte fica mais evidente quando se compara a Alerj com outras Casas. Com 94 parlamentares, a Assembléia Legislativa de São Paulo - estado mais rico da Federação-limita a 23 o número de funcionários por deputado (na média, são 19 por gabinete). Na do Rio Grande do Sul, cada um dos 55 políticos tem direito a nove cargos de assessoria, que chegam a no máximo 17, com salários menores.

A Alerj alega que o número de assessores foi reduzido em 2019 (de 63 para 40). Isso representou uma economia de até R\$ 1,4 milhão por mês. Ainda assim, o escândalo persiste. A Casa argumenta ainda que o salário médio de R\$ 3,8 mil pago a esses assessores é "substancialmente abaixo da remuneração média dos **servidores públicos** do estado". Ora, isso é um acinte à sociedade, considerando que mais de metade da população brasileira tem renda inferior a um salário mínimo (R\$ 1,1 mil). As desculpas dos deputa-

dos também são esfarrapadas. Afirmam que todos os funcionários trabalham -e poderia ser diferente? -e que essa estrutura é compatível com a produção legislativa -que tanta produção é essa que ninguém vê? Para que tanto assessor? Que fazem? Não se sabe. O certo é que florescem no ambiente das notórias "rachadinhas",

como a que veio à tona no caso Queiroz envolvendo o hoje senador Flávio Bolsonaro, ex-deputado da Alerj.

O Rio vive uma crise financeira sem precedentes, aliada a uma pandemia que legou ao estado o segundo maior número de mortes por Covid-19 e a maior taxa de mortalidade entre todas as unidades da Federação. Milhares de fluminenses perderam seus empregos; crianças ficaram sem escola e sem merenda; a pobreza e a miséria aumentaram. Há famílias passando fome. Políticos não podem viver numa bolha, como se tudo isso não fosse com eles. A emparia com o eleitor não deve ser invocada apenas na hora de pedir voto. Os abastados deputados precisam cair na real.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Impacto na educação e saúde



LUIZ CALCAGNOSARAH TEÓFILOMARINA BARBOSA

O senador Marcio Bittar (MDB-AC) pode não ter calculado bem a desidratação da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial. Embora tenha retirado do texto a possibilidade de o governo reduzir o salário e a carga horária dos **servidores públicos** como uma fonte de ajuste fiscal, por exemplo, decidiu desvincular as verbas da educação e da saúde, inviabilizando, por exemplo, a emenda constitucional do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), sancionada em 28 de dezembro. Apesar de contar com o apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-RJ), a medida é criticada por partidos de esquerda e de direita.

"Sou simpático à ideia de termos um Orçamento que permita a um gestor público, dentro de um mínimo unificado de educação e saúde, destinar verba para essas áreas a depender da necessidade do ente federado, no caso concreto", afirmou Pacheco. "A desvinculação, a partir desses critérios, preservando investimento em educação e saúde, pode ser um caminho de meio-termo interessante, permitindo uma flexibilização dos gastos de acordo com cada ente federado", acrescentou.

O líder do PSDB no Senado, Izalci Lucas (PSDB-DF), no entanto, criticou a iniciativa. "Acho muito ruim. Neste momento, vai ter muita dificuldade, muita resistência. Acabamos de aprovar o Fundeb para buscar mais recursos para a educação, ampliar até 2026. Vem uma emenda e muda tudo isso? Se fizer a desvinculação, a educação vai voltar para um valor irrisório. Vão jogar tudo na saúde e, depois, (o dinheiro) não retorna. Desindexar é reduzir", frisou. O senador Paulo Paim (PT-RS) também reprovou. "Um absurdo. Teremos mais pobreza e desigualdade social. Esses direitos são fundamentais para o bem-

estar, o crescimento e o desenvolvimento do país", postou no Twitter.

Em nota, o Todos Pela Educação alertou para os riscos de desvincular a verba do setor. "A PEC revoga trechos do artigo 212 da Constituição Federal, que extinguem a subvinculação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino para União, estados e municípios (Inciso IV do Art. 4º da PEC)", alertou a organização da sociedade civil. "Tal medida muda completamente o contexto orçamentário da educação brasileira. A desvinculação, além de potencialmente levar a uma redução substancial dos gastos públicos com educação, inviabilizará a implementação do Fundeb, mecanismo de redistribuição dos recursos vinculados à educação."

De acordo com a presidente executiva da entidade, Priscila Cruz, não era esperado que o tema viesse à tona na PEC Emergencial "de forma tão intensa e tão rápida", após a aprovação do Fundeb. "Votar como está no relatório é enterrar o Fundeb. Todo o trabalho de modelagem de uma política que é exemplo para o resto do mundo, todo esforço será enterrado se houver essa revogação do artigo 212 (da Constituição)", enfatizou. "O que eles estão querendo realmente? O que eu acho que tentam fazer é jogar um obstáculo bem alto para chegar a um meio-termo, que é a união dos pisos para educação e saúde. Uma medida extremamente oportunista."

Economista e fundador da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco disse ser perigoso debater a PEC "de forma açodada". "O fim dos percentuais mínimos constitucionais para saúde e educação precisa ser analisado com cautela. Os municípios, atualmente, já gastam, em geral, mais do que os mínimos. Se diminuírem os repasses da União e dos estados, as dificuldades na ponta vão aumentar", afirmou. "Na essência, a tese da desvinculação existe há anos, há vários governos, e é correta. Na prática e na forma, é necessário que seja avaliada com cautela, notadamente, em época de pandemia", avisou. (Colaborou Fernanda Strickland, estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa)

Saiba mais Períodos autoritários Desde a década de 1930, quando a Constituição passou a prever um percentual de aplicação mínima na educação, o piso deixou de existir apenas em períodos autoritários: durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1946) e no período de 1967 a 1988, sob a Carta outorgada pelo Regime Militar. Já a vinculação da saúde foi

incluída na atual Constituição, vigente há mais de 30 anos.

Percentuais nos dois setores Atualmente, os estados e o Distrito Federal têm de destinar 12% das receitas com **impostos** às ações de saúde. Os municípios precisam aplicar o equivalente a 15%. Na União, esse índice também era de 15% da receita corrente líquida até 2017, quando o piso passou a ser atualizado pela **inflação**. No caso da educação, o mínimo é de 25% das receitas com **impostos** para estados e municípios. Na União, o piso era de 18% até 2017, quando o valor passou a ser atualizado pela **inflação**.

Disputa por verbas Caso a desindexação de recursos seja aprovada pelo Congresso, os parlamentares federais, estaduais e municipais terão de decidir, ano a ano, qual será o montante de recursos destinado à educação e à saúde, disputando com outras demandas dentro do Orçamento.

Petrobras está valendo R\$ 100 bi a menos



Nelson Almeida/AFP



Painel mostra o tombo do valor das ações da estatal na B3: fundos recomendaram venda dados papéis

MARINA BARBOSA

A Petrobras perdeu mais de R\$ 100 bilhões em valor de mercado após a decisão do presidente Jair Bolsonaro de fazer mudanças na estatal. E, segundo analistas, ainda pode sofrer novas desvalorizações. É que, além da troca do comando da empresa, o mercado teme mudanças na política de preços da petroleira, que poderiam reduzir a lucratividade da companhia, sob o argumento de que é preciso controlar o valor dos combustíveis no Brasil. Além disso, a decisão do presidente foi vista como uma guinada na política liberal que ele sempre prometeu defender.

O resultado foi que, depois de cair 6% na sexta-feira, as ações da Petrobras despencaram mais de 20%, ontem, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Os papéis da empresa, que eram negociados a R\$ 29 na semana passada, recuaram para R\$ 21. "A empresa perdeu 1/4 do valor de mercado por conta da possibilidade de que haja uma mudança significativa na forma da Petrobras definir preços e estratégias

operacionais, que podem implicar resultados menores", explicou o economista-chefe da Nova Futura Investimentos, Pedro Paulo Silveira. A queda das ações impôs fortes perdas aos acionistas e reduziu o valor da estatal de R\$ 382 bilhões, na semana passada, para R\$ 280 bilhões.

E o mercado teme que as ingerências políticas não parem por aí. A percepção é de que a troca do economista Roberto Castello Branco pelo general Joaquim Silva e Luna na presidência da Petrobras se repita em outras estatais, como o Banco do Brasil e a Eletrobras, enterrando a agenda liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes, que fez o mercado em peso apoiar a eleição de Bolsonaro em 2018.

Gestores de diversos fundos brasileiros recomendavam ontem a venda das ações da Petrobras e muitos investidores estrangeiros também preferiram se desfazer dos papéis da empresa. Mesmo depois de prometer que não vai interferir nos preços dos combustíveis, Bolsonaro deixou claro o incômodo com o aumento do diesel, da gasolina e do gás de cozinha, que vem disparando em função da elevação das cotações do petróleo no mercado internacional e da alta do dólar. Analistas lembram que medidas mencionadas pelo presidente para conter os preços, como a eventual redução de **tributos**, podem piorar a já delicada situação fiscal do país, se não forem compensadas. "O Brasil é um país considerado grau especulativo pelas agências de avaliação de risco. E toda essa incerteza interfere muito na performance dos nossos ativos", afirmou o economista-chefe da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack.

As perdas de ontem, porém, foram generalizadas, e não se limitaram à Petrobras. As ações do Banco do Brasil (BB) sofreram um baque de 11,65%, diante do temor dos investidores de que a instituição, que quase teve o presidente, André Brandão, demitido neste ano, seja o próximo alvo de Bolsonaro. Com a insegurança tomando conta do mercado, o Ibovespa, principal indicador dos negócios na B3, fechou o pregão em queda de 4,75%, o maior tombo diário desde março do ano passado, no início da pandemia de covid-19. Já o dólar disparou 2,5% no início do pregão, batendo em R\$ 5,51. Para segurar as cotações, o Banco Central (BC) vendeu US\$ 1 bilhão em contratos de swap cambial, e a moeda fechou o dia com alta de 1,27%, cotada a R\$ 5,45.

"O mercado vai ficar nessa volatilidade até ter uma

definição clara do que vai acontecer. A maior perda da Petrobras parece ter passado, mas, se alguma coisa ruim for anunciada em relação à política de preços da empresa, ainda pode haver um efeito bem negativo", afirmou o head de renda variável da Speed Invest, Rafael Gouveia. "É natural que o mercado ainda fique avesso ao risco nos próximos dias, até porque houve a promessa de novas mudanças", reforçou Camila. Ela lembrou que, após a nomeação de Silva e Luna, Bolsonaro também prometeu "meter o dedo" na energia elétrica.

De acordo com os analistas, apesar de parecer justificada, o país perde com a postura intervencionista do presidente. "A Petrobras, ao se tornar uma empresa menor, vai ter menos capacidade de fazer investimentos - direta e indiretamente, a empresa responde por mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) -, melhorar a capacidade de refino de petróleo e gerar emprego. Isso afeta a percepção de risco do Brasil, tanto que o dólar e a curva de juros já subiram", afirmou Silveira. Ele lembrou que a alta do dólar pressiona ainda mais o preço dos combustíveis e dos alimentos e frisou que a subida dos juros pode deixar a economia brasileira andando de lado por mais algum tempo, já que vai elevar o custo dos investimentos produtivos no país.

Deputado pede investigaçãoO vice-presidente do Cidadania, deputado Rubens Bueno (PR), encaminhou ontem ofício à CVM pedindo para que sejam investigados indícios de manipulação de mercado com as declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre a troca de comando na Petrobras. Na quinta-feira, Bolsonaro disse que haveria mudanças na estatal e, na sexta, indicou o nome do general Francisco Silva e Luna, para a presidência da companhia. No sábado, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) instaurou um processo administrativo para investigar o caso, mas não deu detalhes. A autarquia informou apenas que o processo trata de "notícias, fatos relevantes e comunicados", mas não deu detalhes.

Não existe solução milagrosa para reduzir os preços dos combustíveis

Décio Oddone

O debate sobre como mitigar a volatilidade no preço dos combustíveis ganhou força na época da greve dos caminhoneiros. E sempre retorna quando os valores tomam a subir.

Em maio de 2018, os acontecimentos se precipitaram de forma tão rápida que não foi possível fazer uma avaliação profunda dos exemplos existentes em outros países. E, como uma das formas para encerrar a greve, foi adotada uma tabela de fretes, que teve dificuldades de implantação.

Foram lembradas, como acontece nas horas de crise, as soluções aparentemente óbvias, a exemplo da flutuação da Cide (que é impraticável quando os preços estão elevados) e da criação de um fundo de estabilização (que também é difícil adotar em momento de preços altos e foi tentada em diferentes países, com escassos sucessos).

Ainda, uma vez que o Brasil, na condição de exportador de petróleo, se beneficia da subida do valor do petróleo, o uso do excedente dos royalties para compensar os aumentos na bomba, além de outras idéias do gênero. Nenhuma foi implementada.

Naquela ocasião, não foi estudada em detalhe a forma como a volatilidade no preço do diesel era tratada nos Estados Unidos. Como a tabela de frete já estava negociada, não houve espaço para que essa ideia fosse debatida mais profundamente.

Nos EUA, nos anos 1980, houve uma greve dos caminhoneiros que paralisou o país por 11 dias. Os transportadores são compensados pela variação no preço do diesel entre a contratação do frete e a entrega da carga. Assim mitigam a volatilidade. O mecanismo se chama "fuelsur-charge", que pode ser traduzido como sobrepreço em função do combustível.

O problema nos EUA era a alta competitividade no mercado de fretes, que causava prejuízos a caminhoneiros que tinham de assumir, em seus contratos, aumentos não previstos no combustível. Situação similar à enfrentada no Brasil.

Foi implantado um sistema que cobre essa volatilidade e protege os transportadores. Os contratos de longa

distância têm uma cláusula de "fuel surcharge". Trata-se de solução simples e funcional. Os caminhoneiros e transportadores não têm prejuízo como sobe e desce do preço do diesel, pois, exceto em casos excepcionais, o contratado (transportador) deve repassar qualquer aumento no custo de combustível ao contratante do frete.

Esse modelo é aplicado até no envio de encomendas por empresas de logística, amplamente adotado no eficiente sistema logístico daquele país. Contempla variações no custo dos serviços de acordo com as mudanças no preço do combustível, o "fuel surcharge".

As páginas de internet das empresas trazem o valor do sobrepreço. Em pelo menos uma delas podem ser encontrados valores que se aplicam para pacotes enviados no Brasil, considerando a média mensal dos preços do etanol, gás natural veicular, gasolina e diesel, divulgados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

O preço final dos combustíveis ao consumidor é uma composição do valor do produto, das margens de distribuição e revenda, que incluem os custos logísticos para fazer o combustível chegar ao destino, e dos **tributos**.

Os preços ao produtor ou importador e as margens são reflexos de forças de mercado. A única parcela definida pelos governos são os **tributos**. O seu nível é uma definição de política pública.

Há países que tributam mais que o Brasil, como alguns da Europa, da mesma forma que existem os que taxam menos, como os Estados Unidos.

Não existe solução milagrosa para reduzir o preço dos combustíveis. Exceto reduções nos **tributos**, não há medida imediata, sem causar distorções que cedo ou tarde virão à tona, capaz de evitar o repasse nos preços dos combustíveis quando o petróleo ou o dólar sobem.

Como a redução dos **impostos** é difícil de implementar, e especialmente de manter, em momentos de restrições fiscais, é preciso buscar idéias criativas, simples e pragmáticas como a encontrada nos EUA.

Um sistema que compensasse no custo do frete as variações do diesel, em linha com o americano, poderia vir a fazer parte da solução finalmente adotada aqui para resolver essa espinhosa questão.

Décio Oddone, Engenheiro, é diretor-presidente da Enauta S.A.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Novo auxílio será 'fura-teto' e não exigirá corte de gasto social

Vinicius Torres Freire

Não haverá cortes obrigatórios de despesas a fim de compensar o novo auxílio emergencial que o Congresso deve aprovar em breve. É um dos artigos centrais do texto quase pronto da emenda constitucional que trata de gastos na epidemia, calamidades e de controles de gastos públicos.

Não haverá redução de salários de servidores, nem agora nem depois, tampouco corte de outros benefícios sociais.

De grande impacto, propõe-se a extinção do gasto mínimo em saúde e educação, o que pode implicar o fim da eficácia prática do Fundeb (a transferência de recursos federais para a educação básica em estados e municípios). No Congresso, já se ouviu queixa geral sobre o fim do gasto mínimo em saúde e educação - difícil que passe.

Muito barulho por não muito, enfim. Venceu Jair Bolsonaro, que desde o ano passado vetava quase qualquer sugestão de corte.

Não será preciso decretar calamidade para que se aprove o auxílio emergencial. Mas, no caso de o Congresso decretar calamidade nacional, nos dois anos seguintes ao fim dessa situação excepcional os governos deverão adotar medidas que contenham o aumento de gastos obrigatórios e com pessoal.

O novo auxílio emergencial que o Congresso deve aprovar em breve será um "fura-teto". Isto é, essa despesa: 1) não estará sujeita ao limite constitucional de gastos deste ano; 2) não será contada no cálculo da meta fiscal (a diferença entre o que o governo gasta e arrecada, estipulada em lei anual); 3) não estará sujeita à regra de ouro (grosso modo, o governo não pode se endividar para pagar despesas além daquelas de investimento em obras, equipamentos etc.)

O que há de "compensação" em termos de controle futuro de gastos?

A versão "quase final" proposta de emenda constitucional 186 (PEC 186) especifica medidas a fim de evitar o estouro do teto de gastos -as regras até aqui eram confusas ou contraditórias. Sena aprovação

da lei do Orçamento se verificar que a despesa obrigatória do governo supera 94% da despesa sujeita ao teto, estará suspensa qualquer medida que eleve o gasto com pessoal (reajuste, benefício, contratação, promoção etc. com exceções menores), durante o ano de vigência do Orçamento. A novidade aqui é o "gatilho" dos 94%. A despesa obrigatória já supera tal limite de 94% e assim deve ser em -2022.

Em outro artigo, governadores e prefeitos ficam autorizados a adotar medidas de contenção de gasto caso a despesa corrente, calculada em um período de 12 meses, supere em 95% a receita corrente -a contenção pode durar enquanto durar o estouro deste limite.

Isto é, governadores e prefeitos podem proibir mais gasto com pessoal ou outra despesa obrigatória, o reajuste de despesa obrigatória além da **inflação**, novos financiamentos, novos perdões de dívida ou não podem conceder ou ampliar benefícios tributários (redução específica de imposto para determinado setor ou grupo de cidadãos).

As mesmas medidas podem ser adotadas caso a despesa ultrapasse o limite de 85%, desde que com autorização do Poder Legislativo.

Caso o governo federal, o Executivo, note que as receitas são insuficientes para cumprir metas fiscais do ano, precisa "contingenciar" (adiar até segunda ordem) parte da despesa prevista no Orçamento. Pela PEC, os demais Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão de adotar cortes provisórios na mesma medida definida pelo Executivo (vale também para estados, Distrito Federal e municípios).

Caberá ao Congresso decretar estado de calamidade nacional. Nesse caso, ficam suspensas várias normas de contratação de despesa pública e o cumprimento da "regra de ouro". Dois anos depois da calamidade, União, estados, Distrito Federal e municípios teriam de adotar medidas de controle de despesa previstas naquele caso em que gastos superam receitas em 95% (contenção de gastos obrigatórios e com servidores).

A PEC estipula que o presidente da República terá de mandar ao Congresso uma lei de redução paulatina de benefícios tributários, em até seis meses depois da

promulgação da emenda. Isto é, o valor das reduções especiais de **impostos** deverá baixar de pouco mais de 4% do **PIB** para 2% no prazo de oito anos.

Há exceções, como benefícios da Zona Franca de Manaus, de micro e pequena empresa, para produtos da cesta básica, para entidades filantrópicas de saúde, educação e assistência social, para partidos, sindicatos, e no caso de benefícios concedidos no âmbito de fundos constitucionais do Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Ou seja, nota-se que a PEC foi redigida a dedo e que vai ser, pois, difícil reduzir benefícios tributários.

A Constituição já prevê que uma lei complementar trate da dívida pública. Na PEC, estipulam-se várias providências novas em relação a essa exigência: limite do valor da dívida, compatibilidade entre metas fiscais e crescimento da dívida, métodos de ajuste, planejamento de privatizações a fim de abater dívida etc.

Enfim, de principal, a PEC também tenta evitar uma esperteza de municípios e/ou estados: não incluíam na despesa com pessoal os gastos com inativos ou pensionistas. Agora, estaria previsto na Constituição o veto a essa manobra para gastar mais do que permitem os limites de despesa com pessoal.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

PEC é aposta de Guedes para recuperar força

Bernardo Caram e Julio Wiziack

Após interferência do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na Petrobras, a equipe econômica vê a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) do Pacto Federativo como o principal teste para a permanência do ministro Paulo Guedes (Economia) no governo.

A pasta ainda pretende usar a crise provocada no caso da Petrobras para insistir na defesa da pauta de privatizações. Na tentativa de dar força a esse argumento, Guedes quer retomar a proposta para repassar a programas sociais parte da arrecadação com a venda de empresas públicas.

A PEC do Pacto Federativo é parte do acordo fechado pelo governo para liberar o auxílio emergencial neste ano. Ela traz medidas de ajuste fiscal para situações de crise no futuro, como suspensão de concursos, reajustes de servidores e progressões de carreira.

Auxiliares do ministro afirmam não trabalhar com um "plano B" caso o Congresso não aprove a proposta.

Contrariando o interesse de Guedes, parlamentares pressionam para que o governo libere a nova rodada do auxílio emergencial já após a votação da PEC do Pacto Federativo no Senado, nesta semana, antes mesmo da apreciação na Câmara.

O Ministério da Economia prefere ver a proposta com medidas de ajuste fiscal aprovada nas duas Casas antes de dar aval à assistência.

No entanto, nas negociações, a pasta indicou que aceita liberar os pagamentos antes da votação da PEC pelos deputados, desde que isso faça parte de um acordo entre os partidos para que haja compromisso de aprovação do texto. Um membro da pasta afirma aceitar essa alternativa, mesmo que seja um "drible da vaca".

Desse modo, o governo pode ser forçado a abrir os cofres antes de ter certeza da validação do novo marco fiscal para as contas públicas.

Segundo relatos, Guedes diz confiar no acordo fechado com a cúpula do Congresso. Caso a tratativa seja quebrada, com a liberação de dinheiro sem contrapartidas para serem acionadas em eventuais crises no futuro, o ministro disse a interlocutores que "vai mudar o tom" da conversa.

A votação da PEC no Senado está prevista para quinta-feira (25). Segundo auxiliares de Guedes, todo o foco do ministério está nessa medida e ele pretende manter o silêncio sobre a polêmica da Petrobras pelo menos até essa data.

Membros do ministério vêm demonstrando insatisfação e preocupação com as mais recentes ações de Bolsonaro na área econômica, especificamente sobre os combustíveis.

Na quinta-feira (18), o presidente anunciou a isenção de **tributos** federais por dois meses sobre o diesel e definitivamente sobre o gás de cozinha. A medida terá validade a partir de 1º de março e foi apresentada sem que o Ministério da Economia tivesse encontrado uma forma de compensar essa perda de arrecadação.

No dia seguinte, após sugerir que faria mudanças na Petrobras, Bolsonaro pediu a saída do presidente da estatal, o liberal Roberto Castello Branco, indicando em seu lugar o general Joaquim Silva e Luna.

Integrantes do Ministério da Economia afirmam que os próximos 90 dias serão determinantes para saber se as ações de Bolsonaro que afrontam Guedes foram pontuais ou se haverá uma guinada na política econômica. Neste último caso, a avaliação é que a permanência do ministro no governo seria insustentável.

A votação da PEC do Pacto Federativo será um teste porque o texto traz medidas polêmicas com a possibilidade de haver tesouradas no Orçamento, o que vinha causando resistência de parlamentares havia mais de um ano. Portanto, a aprovação dependerá de empenho e articulação do Palácio do Planalto.

Sem criar um embate direto com o presidente, Guedes planeja usar a atual crise como argumento para tentar destravar a pauta de privatizações.

O ministro defende a desestatização de companhias como pauta prioritária desde o início do governo. Entre os argumentos já usados por ele, está o risco de interferência política nessas empresas, o que causou experiências negativas no passado, inclusive na Petrobras.

Para auxiliares de Guedes, o episódio recente mostra que o controle de companhias pelo governo pode ser

prejudicial ao país.

Em busca de apoio para essa pauta, ele pode lançar uma proposta estudada pela pasta para aplicar em programas sociais parte do dinheiro arrecadado com a privatização de estatais.

Uma das idéias é criar um fundo de desinvestimento, que seria alimentado por uma fatia dos recursos das privatizações e da venda de imóveis da União. O dinheiro, então, seria direcionado para essa finalidade.

A equipe de Guedes também avalia outras possibilidades. Em uma delas, antes mesmo de eventual venda da companhia, seriam distribuídos dividendos das estatais para pessoas pobres. Outra hipótese prevê a concessão de certificados de propriedade de frações dessas empresas aos beneficiários de baixa renda.

A prioridade do ministro, no momento, é a privatização da Eletrobras, que está travada no Congresso desde o governo Michel **Temer** (MDB). Guedes pretende ainda enviar ao Congresso pedido para privatizar os Correios.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Bolsonaro escancara populismo econômico - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

A interferência na Petrobras é mais grave do que o mercado refletiu ontem no banho de sangue dos pregões. Ao fim, a Petrobras tinha perdido R\$ 98 bilhões em dois dias. Outras estatais também caíram. O que Bolsonaro quer? Ele busca ganhos políticos. Faz demagogia com os caminhoneiros para usá-los politicamente, faz populismo com todos os que sentem no bolso o preço da gasolina ou do diesel, cria um inimigo e ainda manipula o imaginário brasileiro com a frase "o petróleo é nosso". São estratégias conhecidas.

A ditadura chilena dos anos 1970 usou os caminhoneiros como arma política. A ditadura da Venezuela usou a gasolina barata, o inimigo externo e o nacionalismo para se eternizar. O jogo é conhecido dos candidatos a ditador.

Enquanto isso, para acalmar os investidores locais e internacionais, a equipe econômica tenta usar uma arma de destruição em massa de princípios da Constituição. A proposta é aprovar uma PEC como condição para dar o auxílio emergencial. Pela versão divulgada ontem ela elimina todas as vinculações constitucionais para saúde e educação. Veja-se este ponto que parece incompreensível. "Revogar o caput e os § 1º e 2º do art. 212 da Constituição." Isso mata o Fundeb. Simples assim. E está lá como se fosse inofensivo no item quarto do artigo quarto da PEC. Todo o esforço brasileiro de criar um fundo de valorização do ensino básico, que foi debatido intensamente no ano passado, seria apagado com uma penada. Ora, senhores da equipe econômica, na democracia uma mudança dessa profundidade não pode ser feita na chantagem da necessidade de um auxílio emergencial, nem no afogadilho de uma votação marcada para daqui a dois dias.

Mas há outras encrencas nas últimas decisões de Bolsonaro que vão bater no bolso do contribuinte. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 14) qualquer aumento de subsídio tem que ser compensado com elevação de imposto. Não basta cortar uma despesa. Está na lei que a compensação tem que ser: "aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de **tributos**." Então aqueles R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões a mais de gasto pela redução dos **tributos** do

diesel e do gás de cozinha terão que ser compensados com novo imposto. E mais. Pela Lei das Estatais, se qualquer estatal tiver prejuízo por uma medida tomada

pelo governo, o Tesouro terá que compensar a empresa. Se a Petrobras tiver perdas de caixa com uma nova política de preços o Tesouro terá que compensá-la. No fim, quem pagará a conta do populismo econômico de Bolsonaro é o contribuinte.

Trocar presidente de estatal é natural. Passar por cima de leis, normas e estatutos e ainda acusar o que sai de "jogar contra o país" não é natural. A ironia é que Roberto Castello Branco fez parte do trio inicial do programa econômico do candidato Jair Bolsonaro. Era Paulo Guedes, ele e Rubem Novaes, ex-Banco do Brasil. Castello Branco entregou exatamente o que foi pedido a ele. Isso é que deixou economistas do mercado perplexos:

- Se Bolsonaro fizer metade do que ele falou nos últimos dias, o risco fiscal vai aumentar e o BC será forçado a subir juros em março pela confusão causada pelo presidente da República -avaliou um economista que influencia muita gente no mercado.

O consumidor está bravo porque o combustível subiu muito este ano. Gasolina 34%, e diesel, 27%. Mas no passado, com a pandemia, houve queda de 13% no diesel e redução de 4% na gasolina. Em parte, os preços estão subindo agora por causa do câmbio. O real é uma das moedas que mais perdem valor diante do dólar e isso é resultado direto das crises criadas pelo próprio presidente. O dólar sobe e bate em diversos preços que batem no bolso dos consumidores. Veja-se o caso da energia de Itaipu até agora presidida pelo general Joaquim Silva e Luna, que vai para a Petrobras. A energia de Itaipu subiu entre 35% e 40%. Ela é corrigida pelo dólar. O assunto não gerou polêmica porque Itaipu reajusta os preços automaticamente, a distribuidora repassa para o consumidor, que culpa a concessionária. A Itaipu do general Luna subiu seus preços pela mesma lógica que Castello Branco.

Bolsonaro desde o início sabotou o projeto liberal que vendeu na eleição. Agora foi além no estelionato. Ele escancarou seu populismo econômico, um caminho que sempre termina em crise.

Bolsonaro quer ganhos políticos com seu populismo, mas produziu uma queda desastrosa das ações. A conta será paga pelo país

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Por popularidade, Bolsonaro flerta com "cloroquina" da energia

Rafael Bitencourt e Daniel Rittner

Se o presidente Jair Bolsonaro usar o poder de sua caneta para consertar as distorções no setor elétrico que provocam uma escalada no preço da energia elétrica, ele poderá decidir por uma solução de caráter estrutural - porém, complexa - que vem sendo discutida por técnicos do Ministério de Minas e Energia e a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Tudo indica, porém, que o presidente tende a escolher saídas mais fáceis para sinalizar cortes imediatos na conta de luz.

Ao recorrer a medidas paliativas, mas favoráveis à sua popularidade, Bolsonaro busca uma "cloroquina" para o setor elétrico, num paralelo à estratégia do governo de desmerecer a vacina no enfrentamento da pandemia ao apostar em um remédio sem efeito comprovado contra a covid-19.

Se confirmada a perspectiva imediatista, o governo forçará a antecipação da maior parte dos mais de R\$ 50 bilhões que os consumidores têm direito a receber na forma de desconto. O montante é resultado de **tributos** recolhidos indevidamente pelas distribuidoras nos últimos anos.

A Aneel havia sinalizado ao mercado que o benefício seria repassado às contas de luz pelos próximos cinco anos, para evitar solavancos com a redução e reposição da tarifa num intervalo de um ou dois anos. Mas, agora, o governo estuda colher os frutos dessa medida antes do fim do mandato.

Neste caso, a agência pode ficar marcada por mais uma intervenção do governo, se retroceder no cronograma de descontos. Boa parte da atual composição da diretoria do órgão regulador é de diretores que declaram apoio ao presidente Bolsonaro.

Bolsonaro poderá ainda cair na tentação de propor a redução das tarifas de energia ao capturar até R\$ 20 bilhões na capitalização da Eletrobras para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). É o resgate do modelo de privatização idealizado pelo governo Michel **Temer**, que conjuga a capitalização da companhia à diluição do controle da União.

O aporte à CDE, que concentra o fluxo de caixa do setor elétrico, deve ser precedido da aprovação de

uma medida provisória (MP), já anunciada pelo governo, que colocará a empresa no Programa Nacional de Desestatização (PND).

O dinheiro, no entanto, só entraria na CDE depois de concluído todo o processo, que passa pelo pagamento das outorgas pelas novas concessões das usinas detidas hoje pelo grupo estatal.

O repasse do montante bilionário para a CDE, que levaria à queda das tarifas, só começará a se materializar com a MP aprovada. A resistência do Congresso à privatização da Eletrobras é enorme, pouco mudou desde a vitória de Bolsonaro nas eleições dos presidentes da Câmara e do Senado.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Alta do dólar após intervenção pressiona ainda mais a gasolina



Logotipo da Petrobras refletido em calçada no Rio de Janeiro. Isabela Moraes/Reuters

Nicola Pamplona

A Petrobras define seus preços usando um conceito conhecido como paridade de importação, que calcula o quanto custaria para vender o combustível importado no país. O cálculo considera as cotações internacionais, a taxa de câmbio e custos logísticos.

O preço do petróleo vem se recuperando no mercado internacional, diante das expectativas de retomada da economia com o avanço da vacinação. Recentemente, ganhou um fator adicional de pressão, com o fechamento de poços e refinarias durante a onda histórica de frio nos EUA.

Na semana passada, a cotação do petróleo tipo Brent, usada como referência pela Petrobras, oscilou em torno dos US\$ 60 por barril, recuperando o patamar verificado no início de 2020, antes da pandemia do novo coronavírus.

Naquele momento, porém, o dólar situava-se em torno dos R\$ 4,10, bem abaixo do patamar de R\$ 5,40 vigente neste início de 2021. No fim de janeiro de 2020, segundo o CBIE, a Petrobras vendia em suas refinarias gasolina por R\$ 1,85 por litro. O litro do diesel custava R\$ 2,18 (ou R\$ 1,93 e R\$ 2,28 em valores corrigidos pela inflação).

Agora, após os últimos reajustes anunciados na semana passada, são R\$ 2,48 e R\$ 2,58, respectivamente. Isto é, com o petróleo em mesmo patamar, a taxa de câmbio inflaciona ainda mais os preços.

Embora as cotações internacionais tenham caído na

sexta, com o retorno às operações de algumas instalações de petróleo paralisadas pela onda de frio no Texas, não há muitos sinais de que recuarão fortemente nos próximos meses.

Segundo dados da EIA (a agência americana de informações em energia), o preço médio do diesel na região do golfo do México bateu US\$ 2,722 (cerca de R\$ 15) por galão, alta de 3,6% em relação à semana anterior.

Para analistas do mercado financeiro, o real também permanecerá desvalorizado, cenário agravado pelas incertezas geradas após as declarações intervencionistas de Bolsonaro. Na sexta, o Itaú disse esperar que a taxa de câmbio feche 2022 em R\$ 5 por dólar.

Na manhã desta segunda, ao anunciar revisão de suas expectativas, a Ativa Investimentos disse que "prevê um câmbio e juros mais elevado, uma eventual maior deterioração fiscal e um PIB mais baixo".

Assim, caso a Petrobras mantenha sua política de preços, a expectativa é que novos aumentos serão necessários. A Ativa, por exemplo, vê espaço para alta de até 6%.

"Ainda que Bolsonaro tenha dito que não irá intervir no preço da Petrobras, o discurso dele torna-se populista quando se vale de uma tentativa de colocar o povo como explorado", diz o economista-chefe da Ativa, Étore Sanchez.

Em 2021, a Petrobras já promoveu quatro reajustes no preço da gasolina e três no do diesel, com altas acumuladas de aproximadamente 35% e 28%, respectivamente. Especialistas ainda veem espaço para mais altas.

"Acno que o Brasil não está preparado para manter uma taxa básica de juros de 2%", diz Sérgio Araújo, presidente da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Petróleo). "Isso pressiona o câmbio e prejudica a predificação dos produtos dolarizados."

Araújo questiona a elevação do preço do biodiesel, que tem forte impacto no valor cobra -do pelo diesel nos postos, que leva 12% de combustível vegetal na mistura. Entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2021, o

litro do biodiesel subiu cerca de 50%, chegando a R\$ 4,277, segundo levantamento do consultor Dietmar Schupp.

A alta reflete a disparada da cotação da soja e a desvalorização cambial. Em março, a mistura sobe para 13%, segundo o cronograma original, o que representaria impacto de mais R\$ 0,02 por litro no diesel. "O vilão do preço do diesel é o biodiesel", afirma Schupp.

Em suas primeiras declarações após ser indicado à presidência da estatal, o general Joaquim Silva e Luna disse que não poderia interferir na política de preços, que "é responsabilidade da diretoria-executiva" da empresa, mas defendeu que a empresa deve ter consciência de que é parte da sociedade e que seus produtos são voltados a pessoas.

Mudanças no estatuto da companhia feitas no governo Michel **Temer** (MDB) tornam ainda mais difícil a intervenção, ao determinar que a Petrobras cobre do acionista controlador eventuais perdas em políticas intervencionistas.

O texto determina que políticas de interesse de seu controlador que não respeitem condições semelhantes às da iniciativa privada devem ser tornadas públicas por meio de lei, convênio ou contrato.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>



Entenda como funciona o contágio da Petrobras nos outros indicadores

Ações da Petrobras

A primeira consequência da intervenção de Bolsonaro foi a queda no preço das ações da estatal do petróleo, que recuaram mais de 20% nesta segunda (22).

Analistas temem que a empresa possa ser utilizada para bancar políticas que resultem em perda financeira, como subsidiar os consumidores de combustíveis

Ações de outras estatais

As afirmações do governo de que haverá intervenções em mais áreas e empresas também derrubaram as ações de outras estatais, como Eletrobras e Banco do Brasil. A primeira perdeu seu presidente recentemente, diante dos entraves à sua privatização. O BB também já foi alvo de críticas de Bolsonaro

Queda do Ibovespa

Como essas ações têm participação significativa no índice Ibovespa, contribuiu para a queda do principal indicador do mercado acionário brasileiro

Dólar e risco-país

A percepção de que o governo poderá manipular outros preços de mercado ou adotar soluções que gerem prejuízos para o Tesouro também ajuda a contaminar outros indicadores, como dólar e risco-país

Impacto na inflação e no juros

As altas do dólar e do risco Brasil, por sua vez, também ajudam a alimentar as expectativas de inflação e de necessidade de altas maiores de juros no futuro para conter os índices de preços e a fuga de recursos do país

OUTRAS INTERVENÇÕES NA PETROBRAS E NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Governos Lula e Dilma Rousseff

Em 2014, a ANA (Associação Nacional de Proteção dos Acionistas Minoritários) calculou perda de mais de R\$ 130 bilhões de geração de caixa devido à defasagem nos preços dos combustíveis desde 2002, quando a estatal passou a adotar política de suavizar o repasse de custos internacionais ao mercado interno. O Centro Brasileiro de Infraestrutura calculou perda de R\$ 71 bilhões de 2011 a 2014. Segundo informações divulgadas pela estatal, a ingerência política, não só no preço dos combustíveis, mas nas políticas de investimentos, deu mais prejuízo que os casos de corrupção descobertos na Lava Jato

Governo Michel Temer

A saída de Pedro Parente do comando da Petrobras,

em 2018, foi vista como um sinal de que as necessidades do governo interferiram na empresa, durante a crise da greve dos caminhoneiros, e de que essa ingerência poderia aumentar no futuro. Como resultado, as ações da estatal despencaram quase 15%. Cedendo à pressão dos caminhoneiros, o governo anunciou na época redução no preço do diesel por 60 dias e determinou que os reajustes passariam a ser mensais. Também determinou que o Tesouro cobriria parte do prejuízo da empresa

Governo Jair Bolsonaro

Em abril de 2019, Bolsonaro disse que ligou para o presidente da estatal quando soube de um aumento de 5,7% no diesel e mandou suspender o reajuste. A Petrobras perdeu R\$ 32,4 bilhões em valor de mercado

Uma intervenção desastrosa (3)

Gente esforçada, os americanos acordaram cedo para se livrar de papéis da Petrobrás ontem de manhã. Títulos da empresa despencaram 16% no pré-mercado, isto é, antes da abertura oficial do pregão. Ao mexer na empresa, como sempre desastrado, o presidente Jair Bolsonaro assustou também os estrangeiros, importantes fontes de capital para a estatal brasileira. Talvez ele ignorasse, ou ainda ignore, também esse detalhe.

No Brasil ações da petroleira estavam em queda de 19% por volta do meio-dia, arrastando para baixo papéis de estatais, como o Banco do Brasil (BB) e Eletrobrás, e o Ibovespa. Esse índice, o principal da bolsa brasileira, recuou 4,84% durante a manhã.

Nessa altura, a Petrobrás acumulava perda de cerca de R\$ 100 bilhões de valor de mercado, iniciada no último fim de semana. No fechamento da quinta-feira, a empresa ainda valia R\$ 382,99 bilhões. Só na sexta-feira foram perdidos R\$ 28,2 bilhões. O presidente prometeu novas intervenções e mencionou o setor de energia elétrica. Mas, no fim de semana, circulou no mercado a hipótese de mudança na direção do Banco do Brasil, ensaiada recentemente, mas ainda irrealizada.

O motivo dessa intervenção seria o programa de fechamento de agências físicas e de redução de pessoal apresentado recentemente pela presidência do banco. O presidente Bolsonaro já havia interferido na gestão do BB ao condenar moralmente uma campanha publicitária.

A censura foi aceita e cumprida, embora incompatível com as normas de administração de empresas como o BB. O presidente da instituição acabou renunciando ao posto, bem mais tarde, por outro motivo.

Mas os danos causados pelo presidente Bolsonaro, incapaz de entender as funções presidenciais e, mais amplamente, a própria noção de governo, vão muito além dos males causados diretamente à Petrobrás ou a qualquer outra entidade vinculada ao poder federal.

A incompetência presidencial, manifestada com o máximo de truculência e nenhuma percepção das questões econômicas, legais, sociais e empresariais mais importantes em cada caso, afeta largamente o funcionamento da economia brasileira e as expectativas de quase todos os grupos de agentes.

A piora das expectativas foi claramente mostrada,

ontem, no último boletim Focus divulgado pelo Banco Central.

Em uma semana, a mediana das projeções da **inflação** oficial passou de 3,62% para 3,82%. O dólar estimado para o fim do ano subiu de R\$ 5,01 para R\$ 5,05. A taxa básica de juros esperada para dezembro aumentou de 3,75% para 4%, o dobro daquela em vigor neste momento. O déficit primário (sem juros) do setor público voltou a 2,80% do Produto Interno Bruto (**PIB**), depois de haver recuado para 2,70%. O crescimento do **PIB** foi revisto de 3,43% para 3,29%. Quatro semanas antes ainda se apostava em 3,49%.

Resumindo: as expectativas são de **inflação** maior, dólar mais caro, rombo fiscal mais amplo, juros mais altos e menor expansão econômica.

Outras pesquisas já indicaram piora das expectativas dos empresários industriais e aceleração dos preços por atacado.

Ao comentar reações do mercado, o vice-presidente Hamilton Mourão falou em "rebanho eletrônico". É um comentário estranho, quando se vê a mudança de orientação de grandes instituições financeiras. Analistas da XP Investimentos, do Bradesco e do Crédit Suisse passaram a recomendar a venda de papéis da Petrobrás.

Seus colegas do BTG Pactual e da Mirae Asset foram mais contidos, mas deixaram de recomendar a compra. Nada, no currículo do vice-presidente, parece credenciá-lo para menosprezar dessa maneira a resposta de tantos analistas.

Afinal, trata-se mesmo de uma intervenção grosseira, confirmada pela demissão do presidente da empresa antes do fim de seu mandato.

Esse episódio combina com o fracasso econômico da gestão Bolsonaro, evidente já antes da pandemia, com a grotesca propaganda da cloroquina, com a imprevidência no caso da vacinação, com sua política armamentista e com a fixação nos assuntos familiares e na reeleição. Nenhum vice-presidente contemporizador poderá disfarçar essas barbaridades.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Moraes defende responsabilizar redes sociais por "fake news"

Carolina Freitas De São Paulo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes defendeu ontem que empresas que detêm plataformas de redes sociais sejam caracterizadas perante a lei não como companhias de tecnologia, mas como empresas de mídia - a exemplo de jornais, revistas e emissoras de televisão e rádio. Para Moraes, a medida permite que se aplique a legislação ao conteúdo propagado pelas redes sociais e "reequilibra" a responsabilidade na difusão de informações. Hoje, disse o ministro, as plataformas "lavam as mãos sobre a terra de ninguém que elas proporcionam" na internet.

"As plataformas não podem mais ser consideradas apenas como empresas de tecnologia, mas sim como empresas de mídia, com as mesmas responsabilidades das demais - nem mais nem menos", afirmou Moraes durante palestra em evento on-line sobre desinformação promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Eu pergunto: se um jornal tradicional todos os dias ficar divulgando incentivo à ditadura, à tortura, ele não será responsabilizado? Por que nas redes sociais isso não ocorre?"

Alexandre de Moraes é o relator do inquérito das "fake news" no STF e foi o autor do pedido de prisão do deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) na semana passada. A ordem de Moraes foi referendada pelo plenário do Supremo e pela Câmara dos Deputados. Silveira segue preso, acusado de atentar contra as instituições democráticas e contra a Lei de Segurança Nacional. Na palestra, o ministro classificou a prisão de Silveira como "um marco no combate ao extremismo antidemocrático", por parte do STF e da Câmara.

Moraes, que presidirá o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante as próximas eleições presidenciais, afirmou que 2022 trará desafios no combate às "fake news". "Temos um desafio muito grande para ano que vem, para evitar que milícias tentem desacreditar o Estado Democrático de Direito e influenciem nas eleições", disse. "Só precisamos aplicar a essa terra de ninguém as mesmas regras que existem fora das redes sociais: liberdade com responsabilidade."

Para o ministro, a situação atual é de "guerrilha contra a democracia e o Estado de Direito". Moraes afirmou

que as investigações que conduz mostram que as "fake news" no Brasil contam com uma estrutura sofisticada de produção e financiamento. "As milícias digitais que atuam nas redes sociais de amadores não têm nada", disse.

O magistrado associou o enfraquecimento dos partidos políticos no Brasil à ascensão de lideranças com discurso fascista e populista. "Precisaríamos de uma **reforma política** que desse fortalecimento ao partido político, para que ele expurgasse da possibilidade de alçar voo político quem usa a liberdade de expressão para práticas criminosas", afirmou Moraes. "Se não fortalecermos a política, a democracia de partidos, vamos permitir que esses franco-atiradores existam, ignorando as regras da democracia e dos partidos políticos."

Moraes citou o exemplo dos Estados Unidos, onde o enfraquecimento do Partido Republicano levou o grupo a filiar e servir de plataforma ao ex-presidente Donald Trump. Para o ministro, partidos fortes funcionam como um "filtro contra o populismo". "Com o enfraquecimento dos partidos, as personalidades valem mais que os partidos. Os partidos não conseguem afastar personalidades com discursos fascistas, de ódio. Isso incentiva as pessoas a quererem aparecer com discurso de ódio, ficarem famosas nas redes e depois se filiarem a um partido para ganhar mandato. Isso acaba corroendo o partido."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186702?page=1§ion=1